

Resenha: BROWN, Wendy. (2019), Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente.

Maria Clara de Mendonça Maia¹ |

Resumo

A presente resenha versará sobre o livro “In The Ruins of Neoliberalism: The Rise Antidemocratic Politics in The West”, da filósofa e cientista política americana Wendy Brown, publicado originalmente pela Columbia University Press e com a versão traduzida para o português publicada pela Editora Politeia. O referido livro se propõe a discutir a relação entre o avanço da extrema-direita no Ocidente e a substituição da ordem liberal-democrática, a partir da revisão dos elementos e dos efeitos do neoliberalismo, enquanto uma racionalidade que combina a disciplina dos mercados e a moralidade conservadora patriarcal, racista e xenofóbica, reposicionando a crítica às relações entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Palavras-chave: neoliberalismo; extrema-direita; democracia; conservadorismo.

Data de submissão: 11/06/2021

Data de aprovação: 25/08/2023

¹ Doutoranda e mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa de Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mariaclaramaia@outlook.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3021-0450>

A presente resenha versará sobre o livro “In The Ruins of Neoliberalism: The Rise Antidemocratic Politics in The West”, da filósofa e cientista política americana Wendy Brown, publicado originalmente pela Columbia University Press e com a versão traduzida para o português publicada pela Editora Politeia. O referido livro se propõe a discutir a relação entre o avanço da extrema-direita no Ocidente e a substituição da ordem liberal-democrática, a partir da revisão dos elementos e dos efeitos do neoliberalismo, enquanto uma racionalidade que combina a disciplina dos mercados e a moralidade conservadora patriarcal, racista e xenofóbica, reposicionando a crítica às relações entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Para a autora, a denominada segunda onda do neoliberalismo emerge com a insuficiência, na crise econômica 2008, dos elementos que até então garantiam os sucessos do neoliberalismo, como a desregulamentação, a globalização e o financiamento da dívida. Esse contexto é o que abre espaço para a ascensão do populismo de extrema-direita, a retomada de valores conservadores “de um passado mítico de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares [...] e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação” (BROWN, 2019, p. 13). Nesse sentido, embora as formações políticas autoritárias nacionalistas não tenham sido desejadas pela inteligência neoliberal clássica, sua ascensão foi possível em razão das mais de três décadas do neoliberalismo de ataques à democracia, à igualdade e à sociedade, somadas à raiva acumulada dos indivíduos que foram abandonados economicamente

Com esse livro, Wendy Brown pretende fazer a correção do seu argumento anterior, presente nas obras “Undoing the Demos: Neoliberalisms Stealth Revolution” (2015) e “The American Nightmare, Neoliberalism, Neoconservatism and De-democratization” (2006), que discutiam a desdemocratização como provocada pelo encontro entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Agora, ao retomar a obra de Friedrich Hayek, o principal intelectual do neoliberalismo que reuniu a defesa das diferentes escolas e correntes, o argumento da autora é de que a razão neoliberal coloca o mercado e a moral como formas de provisão de recursos, com ordem e evolução espontânea centradas na liberdade. O projeto político e moral de Hayek protege as hierarquias tradicionais ao negar a ideia do social e ao limitar a atuação do Estado, isto é, o ataque à justiça social e à sociedade é uma consequência direta da racionalidade neoliberal, e não estaria restrita aos chamados “conservadores”.

Ao final da introdução, Brown aponta que utiliza as abordagens foucaultianas e as neomarxistas do neoliberalismo. Foucault, ao discutir o nascimento da biopolítica, apresentou o neoliberalismo como a reprogramação do liberalismo como racionalidade política, vinculando a dinâmica mercantil à governamentalização do Estado e suas instituições como um princípio de organização da vida social em geral. A contribuição das abordagens neomarxistas advém da crítica do ataque do neoliberalismo aos Estados de Bem-Estar, às sociais-democracias e ao socialismo.

O primeiro capítulo, “A sociedade deve ser desmantelada”, é iniciado com a defesa de que a igualdade política é a base da democracia, a partir da etimologia grega da palavra democracia, isto é, demos (o povo) e kratos (poder ou governo). Quando a igualdade está ausente, o poder será exercido por uma parte e não pelo todo. Portanto, as democracias liberais ou capitalistas nunca foram democracias plenas e mesmo suas disposições democráticas vêm sendo enfraquecidas nas últimas décadas.

Dentro da intelectualidade neoliberal, foi Hayek o autor a fazer críticas mais duras ao social, à noção de sociedade e à social-democracia, argumentando que a justiça social ataca a liberdade. A alternativa apresentada por ele ao planejamento e à justiça do Estado seria a conduta disciplinada e evoluída entre o mercado e a moral, que promoveriam a ordem e a liberdade, ao fornecerem códigos para a ação dos indivíduos. Portanto, se a confiança na política da sociedade é o que leva à justiça social, a sociedade deveria ser desmantelada, conforme segue:

Epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência. Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social, seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de “desmassificação”, escorando os indivíduos e famílias contra as forças do capitalismo que os ameaçam. (BROWN, 2019, p. 48).

Dessa forma, quando a sociedade desmantelada é naturalizada, as desigualdades sociais e exclusões históricas de classe, gênero, raça e geográfica se tornam invisíveis e a privação de direitos é autorizada em nome da liberdade, gerando a atualização da voz e legitimidade da supremacia branca masculina no Século XXI.

No capítulo dois, “A política deve ser destronada”, Brown defende que no sentido do político reside um significado de povo e resguarda a possibilidade de democracia enquanto governo pelo povo e, portanto, a legitimidade da democracia está diretamente relacionada ao político. O projeto do neoliberalismo é o de limitar e conter o político, separando-o da soberania e das suas formas democráticas, promovendo Estados e instituições supranacionais despolitizados, disciplinados pelo mercado e pela moral, que substituem valores de partilha democrática por gestão e tecnocracia.

As diferentes escolas e intelectuais neoliberais diferiam em seu antagonismo em relação ao político, entretanto, todos procuravam radicalmente limitar os poderes políticos e a democracia robusta, enfatizando as liberdades individuais. Brown apresenta brevemente a interpretação de três escolas sobre o político. Milton Friedman defendeu que somente com o capitalismo surgiu a verdadeira liberdade política, que está diretamente relacionada à liberdade individual e qualquer tipo de poder político, como da maioria popular, ameaçaria a liberdade. Friedrich Hayek coloca limites ao político ao defender que a soberania popular desata os limites da justiça, expande os poderes do Estado e origina práticas corruptoras do governo e falha em realizar a liberdade que promete, defendendo que para governar legitimamente, o Estado pode interferir para proteger os mercados e a moral, removendo o compromisso da igualdade e os valores democráticos do Estado. Uma outra corrente do neoliberalismo, dos ordoliberais, compartilha a desconfiança ao político, mas não à soberania estatal e defendem um Estado desdemocratizado, isolado dos interesses políticos, suportado pela expertise técnica, com o liberalismo autoritário-tecnocrático como o ideal para o capitalismo moderno.

Por fim, Brown defende que no neoliberalismo realmente existente existe uma cultura política profundamente anti-democrática, mas o efeito foi oposto aos objetivos teóricos neoliberais, uma vez que o Estado é cada vez mais instrumentalizado pelas grandes indústrias, os cidadãos são vulneráveis à mobilização nacionalista e a moralidade tradicional tornou-se um grito de guerra, ao invés de disciplinar as populações.

No Capítulo 3, “A esfera pessoal e protegida deve ser expandida”, Wendy Brown retoma a relação entre a moral e o mercado no projeto neoliberal proposto por Friedrich Hayek e apresenta a família como núcleo moral e econômico fundamental para o referido projeto. A liberdade, para Hayek, exige a ausência de coerção, seja direta por outros indivíduos ou indireta exercida pelas instituições políticas, e relaciona-se com a capacidade de experimentação e empenho não forçada dentro dos códigos de conduta que são gerados pela tradição e consagrados pela moralidade, através das leis e dos mercados. A tradição organizaria um modo de vida livre em oposição a um modo de vida organizado pelo político e, portanto, uma sociedade livre seria uma sociedade organizada pela tradição. Para a autora, isto é o que favorece a desdemocratização em nome da liberdade e da moralidade, conforme discutido:

[...] no arsenal hayekiano há três técnicas: limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família. Juntas, estas três técnicas garantem um lugar e um poder social às reivindicações da tradição e de suas liberdades peculiares, ao mesmo tempo em que restringem reformas enraizadas no racionalismo, no planejamento ou em outras formulações não orgânicas do bem (BROWN, 2019, p.127).

Em relação ao parágrafo acima, a autora argumenta que as duas primeiras técnicas estão relacionadas aos limites do Estado, enquanto a terceira seria tanto um limite quanto uma ação do Estado, para a reformulação do tradicionalismo como liberdade. Diferentemente das preocupações do liberalismo clássico e de autores como John Stuart Mill, sobre os efeitos do conformismo da moralidade tradicional sobre a liberdade e a individualidade, a única preocupação de Hayek é que esses efeitos não sejam coercitivos. É importante ressaltar que a forte crítica de Hayek à social-democracia ou ao socialismo não origina somente no valor do mercado, mas no esforço desses sistemas de romper com uma ordem espontânea que evoluiria historicamente sustentada na tradição.

Ao discutir o neoliberalismo realmente existente, Brown afirma que a privatização econômica continua a ser a face do neoliberalismo, que mantém velada a privatização da esfera pessoal protegida. A racionalidade neoliberal mercantiliza a vida cotidiana de um lado e “familiariza” de outro, contestando os princípios democráticos de bem comum, igualdade, pluralidade e secularidade.

A privatização econômica neoliberal rompe com a cultura democrática ao gerar e legitimar a exclusão e a desigualdade, enquanto a privatização por meio da familiarização e da cristianização legitima valores morais antidemocráticos. Esse modelo duplo de privatização é estendido à própria noção de nação, “longe de algo público e democrático, a nação é concebida como propriedade privada e familiar, e o presidente é o pater famílias” (BROWN, 2019, p. 143), fazendo com que o neoliberalismo crie espaço para o nacionalismo e o conservadorismo que formalmente rejeita.

No capítulo quatro, “Bolos falam, centros de gravidez oram”, complementando as análises dos teóricos constitucionais sobre os efeitos desregulatórios recentes da Primeira Emenda da Constituição Americana pelos negócios e pela direita religiosa, Wendy Brown defende que, para além dos efeitos desregulatórios, são exemplos de como o livre exercício religioso e a livre expressão operam conjuntamente para reforçar a moralidade tradicional contra os valores de igualdade nas democracias contemporâneas, criando uma nova jurisprudência para recristianizar a esfera pública. A partir disso, o capítulo discute duas sentenças da Suprema Corte Americana que exemplificam a garantia da expansão da ideia da esfera pessoal protegida e a substituição da sociedade democrática por uma sociedade organizada pelos mercados e pela moralidade tradicional, a partir do argumento da liberdade.

O primeiro caso discutido trata de uma sentença da Primeira Corte sobre a falha da Comissão de Direitos Civis do Colorado em ser neutra no aspecto religioso em relação a um caso de acusação de homofobia por um casal ao senhor Jack Phillips, confeitoiro e dono de uma loja de bolos, que recusou-se a fazer um bolo para o casamento dos dois homens. O argumento da Corte foi de que os direitos de Phillips garantidos pela Primeira Emenda seriam violados pela referida Comissão de Direitos Civis, ao exigir que a confeitaria vendesse o bolo para o casamento. Para isso, o proprietário da loja e fornecedor é caracterizado pela Corte como um artista, o bolo como uma expressão artística, e liberdade de exercício religioso como liberdade de expressão, estendendo os direitos civis à propriedade e ao bolo, e argumentam que a decisão da referida Comissão viola a liberdade de expressão ao obrigá-lo a manifestar artisticamente uma conduta que é contrária à sua liberdade de exercício religioso.

O segundo caso apresentado refere-se a um Ato do estado da Califórnia que obrigava os Crisis Pregnancy Centers [CPC], centros de gravidez, a publicar uma declaração informando que não são instalação médica e que existem serviços de saúde reprodutiva gratuitos, como pré-natal e aborto, oferecidos pelo estado da Califórnia. De acordo com a autora, os CPC anunciam um ambiente de apoio, com serviços educativos e médicos relacionados à gravidez, mas são instituições que visam convencer as mulheres a não abortar, localizando-se geralmente perto de clínicas que realizam serviços de aborto legal e apresentando informações falsas, como as de que os abortos são procedimentos inseguros, que diminuem a possibilidade de gravidez futura, que aumentam a probabilidade de suicídio e câncer, mostrando fotos de fetos mutilados, mulheres mortas em macas, entre outras estratégias. “Portanto, os CPC podem ser caracterizados de modo justo como centros empenhados em uma autorrepresentação enganosa e em desinformação para explorar as necessidades, medos e ansiedades de mulheres que enfrentam uma gravidez não planejada” (BROWN, 2019, p. 181). A Suprema Corte, ao julgar o caso, tratou o aborto não mais como um procedimento legal, mas como uma controvérsia médica e o referido Ato como um discurso de promoção ao aborto. Embora o Ato refira-se aos CPC, o entendimento foi de que, ao forçar os CPC a publicar as declarações, violariam crenças religiosas dos profissionais, a partir do argumento de que a liberdade de expressão profissional possui os direitos assegurados na Primeira Emenda, com um posicionamento que reflete mais as preocupações de resguardar o viés religioso dos Centros do que a veiculação de informação comprometida com a verdade.

Os dois casos discutidos demonstram como a Suprema Corte Americana utilizou o argumento da liberdade de expressão para legitimar a cristandade conservadora para além da esfera privada, protegendo as instituições religiosas das leis da esfera pública e retirando do Estado o poder de ser o garantidor do interesse público do direito ao aborto.

No capítulo 5, “Nenhum futuro para homens brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento”, Wendy Brown retoma a discussão de Nietzsche sobre niilismo, que surge com os desafios colocados pela ciência e pela razão à Deus e às outras formas de autoridade, questionando como os significados são construídos, desvalorizando valores elevados, como a democracia e a igualdade, tornando-os fluidos e superficiais. Nesse sentido, a autora defende que a financeirização e a monetização do lado economizante do neoliberalismo reforça a era niilista, ao relacionar os aspectos da vida humana às possibilidades de investimento do valor futuro. Brown retoma brevemente a discussão de Marcuse sobre a dessublimação repressiva, entendida como a declinação da autonomia, pela declinação da compreensão no seu sentido racionalista, isto é, de quando o sujeito que não se emancipou vive imerso nos estímulos e prazeres capitalistas. A dessublimação repressiva possui uma aparência de liberdade, mas é uma opressão do status quo.

Para a autora, portanto, esses dois conceitos de Nietzsche e Marcuse contribuem para explicar a atração da extrema-direita por líderes que evocam gritos de guerra vingativos, por exemplo. Nesse sentido, ela comenta:

Os escombros de consciência deixados pelo niilismo também podem ajudar a explicar a agressão e a sevícia sem precedentes que emanam dos telejornais da TV a cabo e da internet, nos blogs e tweets da direita. Essa agressão e sevícia são alimentadas pela valorização neoliberal da liberdade libertária, pela masculinidade branca ferida e raivosa e pela depressão radical da consciência e da obrigação social realizada pelo niilismo. São organizadas discursivamente por ataques neoliberais ao social e ao político e pela legitimação neoliberal da indiferença em relação aos apuros ou ao destino de outros humanos, de outras espécies ou do planeta. No entanto, os ataques aos liberais e às pessoas de esquerda, às feministas, aos antirracistas e outros também são uma forma niilista de ação (BROWN, 2019, p. 209).

É a combinação entre a negação do neoliberalismo ao político e ao social com a dessublimação da masculinidade branca ferida, que geram uma liberdade desinibida e violenta, ainda que frequentemente seja disfarçada de argumentos religiosos, ao mesmo tempo que retomam uma versão do niilismo tradicional moral, sobre, por exemplo, o direito de acesso dos homens às mulheres. Portanto, não é mais necessário que a conduta de um indivíduo seja moral, apenas que evoque a moralidade no seu grito.

O niilismo não apenas retoma a vontade de potência nos indivíduos, mas nos próprios valores tradicionais, evocando os privilégios que eles codificam, retomando um sentimento de ressentimento entre os indivíduos pertencentes aos grupos historicamente “domadores”, mas que sentem o poder em declínio, como a masculinidade e a branquitude, evocando sua supremacia baseada em um direito tradicional. Por fim, Brown conclui:

A nação, a família, a propriedade e as tradições que reproduzem privilégios raciais e de gênero, feridas de morte pela desindustrialização, pela razão neoliberal, pela globalização, pelas tecnologias digitais e pelo niilismo são reduzidas a resquícios afetivos. Até agora, esses resquícios foram ativados predominantemente pela direita. Que tipos de visão e crítica políticas de esquerda podem atingi-los e transformá-los? (BROWN, 2019, p. 228).

Sem dúvida, Wendy Brown é uma das maiores referências da discussão sobre as relações entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo na Filosofia Política e na Ciência Política. A presente obra, motivada pela ascensão da complexa coalizão da extrema-direita no Ocidente na segunda metade do Século XXI, a partir das formulações neomarxistas e foucaltianas, traz uma ampla contribuição para formar uma crítica consistente à segunda onda do neoliberalismo, evidenciando seu sentido estruturalmente conservador e desdemocratizador, através da separação do princípio de liberdade do princípio de igualdade. Embora o livro esteja muito centrado no contexto americano, os elementos analíticos e argumentativos apresentados são necessários para o entendimento do avanço da neoliberalismo conservador enquanto uma racionalidade política, econômica e social em outros países ocidentais, inclusive no Brasil, e para a reflexão das possibilidades de disputa democrática e para os interessados em aprofundá-la.

REFERÊNCIA

BROWN, Wendy. (2019), *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. São Paulo, Editora Filosófica Politeia.

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CCBY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

